

QUESTÃO URBANA E AMBIENTAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: configurações e particularidades no Brasil contemporâneo¹

Eliana Costa Guerra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

QUESTÃO URBANA E AMBIENTAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: configurações e particularidades no Brasil contemporâneo

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir os nexos entre crise do capital, questão urbana e ambiental, problematizando a inserção subordinada do Brasil no processo de mundialização com predomínio das finanças, as contradições que marcam estes processos e, em particular, suas repercussões nas cidades na contemporaneidade. Acirra-se a luta de classes, expressa nas diversas formas de apropriação e uso do solo urbano. Neste cenário de disputas, as formas de luta e oposição à acumulação desenfreada do capital podem ser consideradas ainda pontuais e de pequena escala, mas revelam formas de resistências que podem vir a gerar movimentos emancipatórios.

Palavras-chave: Crise do Capital, acumulação, questão urbana, Estado

URBAN AND ENVIRONMENTAL ISSUES IN TIMES OF CAPITAL CRISIS: setups and particularities in the contemporaneous Brazil

Abstract: This paper aims to discuss the nexus between capital crisis, urban and environmental issue, questioning the subordinate position of Brazil in the process of globalization with dominance of finance, the contradictions that characterize these processes and, in particular, its impact on the contemporary cities. Stirs up the class struggle, expressed in various forms of ownership and urban land use. In this scenario disputes, the forms of struggle and opposition to the unbridled accumulation of capital can be still considered punctual and small scale, but show resistance forms, that may generate emancipatory movements.

Keywords: Capital Crisis, accumulation, urban issue, State

Recebido em: 17.12.2013. Aprovado em: 06.01.2014.

1 CRISE DO CAPITAL E CRISE URBANA

Em tempos de mundialização financeira e de crise estrutural do capital, as metrópoles e grandes cidades se destacam na cena contemporânea, por um lado, como lócus privilegiados dos centros de comando e de decisão das grandes corporações transnacionais, a dominar os espaços nacionais e a interferir na dinâmica de reprodução e de acumulação do capital em nível global. Por outro, como espaço de luta cotidiana pela sobrevivência, mobilizando centenas de milhares de trabalhadores, com destaque para o crescente contingente de *população sobrando*, supérflua para o capital.

Na crise estrutural do capital, a questão ambiental vem sendo objeto de debates (MÉSZÁROS, 2010; HARVEY, 2011). Harvey (2011) defende haver uma conexão entre urbanização e formação da crise do capital, apontando o exemplo dos Estados Unidos onde o padrão de desenvolvimento produziu uma urbanização expansiva, via crescimento dos subúrbios, baseada no uso do automóvel individual que já evidenciou sua *insustentabilidade*. Apesar dos limites já confessos, tal padrão vem sendo exportado para diversos países do mundo como Brasil e China. Para Harvey (2011), há estreita relação entre desenvolvimento e crise capitalista e os processos de urbanização². Isto indica que a questão urbana constitui aspecto incontornável na discussão da crise do capital e de suas formas de materialização.

No Brasil, no contexto de mundialização e de preparação das cidades para acolher megaeventos, a questão urbana enquanto dimensão da questão social nos coloca diante do desafio de entender a intricada teia urbana, onde as fronteiras entre o legal/ilegal, o lícito/ilícito e regular/irregular, formal/informal (TELLES; HIRATA, 2007) são tênues, onde a violência urbana assume proporções nunca dantes vistas. A compreensão de tais fronteiras pode mostrar como se organizam e constituem as disputas entre as classes fundamentais e entre sujeitos sociais, envolvidos em vias distintas e mesmo contraditórias de desenvolvimento urbano. Entender as contradições e os dilemas das cidades no limiar deste novo século, eis uma questão importante que se nos impõe no atual tempo histórico! Mas, estamos especialmente, diante do desafio de, seguindo a provocação de Harvey (2010), pensar outro tipo de urbanização não predatória e que abra a perspectiva de construção e de acesso ao direito substantivo à cidade para todos/as, o que não pode ser concebido nos marcos da civilização do capital. Dito de outro modo, a questão urbana e a crise urbana põem na ordem do dia a construção de transições em direção de outras formas de urbanidade, que não poderão emergir senão no contexto de uma transformação social mais profunda, com a emergência e construção de nova sociabilidade.

Com efeito, no espaço urbano, acirra-se a luta de classes, expressa nas diversas formas de apropriação e de uso de suas porções já edificadas e na especulação de áreas em valorização. Igualmente, no espaço urbano ficam impressas as marcas da expansão destrutiva do capital: nos desastres e catástrofes socioambientais; na disseminação de doenças inerentes à civilização do consumo; nas *vidas ao léu* de trabalhadores que têm nas ruas seus espaços de vida, trabalho e sobrevivência; na segregação socioespacial e nas modalidades de apartação ante o medo crescente e generalizado presente no cotidiano das populações cidadinas.

Em nível mundial, são observadas tendências que caracterizam o espaço urbano – crescimento da informalidade, da população em situação de rua, das formas de apartação e de segregação socioespacial, da violência urbana, em seus diferentes matizes – mas podemos observar particularidades próprias da formação social, econômica e política de cada Estado.

Com base nesta problematização, este artigo tem por objetivo discutir os nexos entre crise do capital, questão urbana e ambiental, analisando a inserção subordinada do Brasil no processo de mundialização com predomínio das finanças, os paradoxos e as contradições deste processo e, em particular, as repercussões sobre as cidades na cena contemporânea. Finalizamos com pontuações para fomentar o debate crítico, na perspectiva da construção de vias para transformação radical da sociedade e da cidade.

2 CAPITALISMO EM CRISE E QUESTÃO URBANA

A relação entre crise do capitalismo e crise urbana pode ser explicada por alguns fatores que indicam os nexos inextricáveis entre uma e outra. Com efeito, o modo capitalista de produção alcançou níveis de desenvolvimento tais, que têm possibilitado a superprodução e a superacumulação, impondo a necessidade de ampliação do consumo e de novos espaços de valorização do capital.

Como destaca Harvey (2011) a crise estrutural do capital destas últimas décadas coloca a classe dominante diante de questões insolúveis. Ora, mantidas as atuais condições de reprodução sociometabólica do capital, sua lógica, baseada na busca da acumulação ampliada, leva as economias e as sociedades a contradições sem saídas, ou cuja resolução, ainda que provisória e temporária, implica em desastres ambientais, em exaurimento dos recursos naturais e, finalmente, em comprometimento da própria existência da humanidade. Para o autor,

Uma das contradições do capitalismo agora é que o capital precisa crescer. Mas as condições nas quais isso pode

ocorrer são cada vez mais restritas. É muito difícil achar novos lugares para ir e novas formas de atividades produtivas que possam absorver a enorme quantidade de capital que está buscando por atividades lucrativas. Como consequência, muito capital agora vai para atividades especulativas, para patrimônio, compra de terras, commodities, criam-se bolhas. Esse é o problema real: como o capital pode continuar crescendo nos próximos anos. Está ficando cada vez mais difícil para o capital achar formas de fazer isso. O crescimento está colocando muito estresse sobre o ambiente. (HARVEY, 2011)

Mészáros (2013), por sua vez, alerta para os limites e contradições das saídas encontradas historicamente pelo capital para suas crises cíclicas, encaminhando novos ciclos de crescimento e expansão. Em geral, tais saídas têm sido operadas à custa de maior e de novas formas de exploração do trabalho e de níveis cada vez mais elevados de destruição da natureza. Com efeito, ao eliminar empresas capitalistas tidas como inviáveis, como uma das saídas para suas *tradicionais crises cíclicas*, o capitalismo saía fortalecido. Desse modo, ocorria, o que Schumpeter designa idealmente de *destruição criativa*. Entretanto, hoje, os problemas são bem mais sérios e complexos, uma vez que “[...] a crise estrutural afeta até a dimensão mais fundamental do controle social e metabólico da humanidade, incluindo a natureza de forma perigosa”. Assim, Mészáros (2013) considera *totalmente autocomplacente* falar em *destruição criativa*, sendo mais apropriado referir-se a uma *produção destrutiva* para explicar o que vem ocorrendo no atual estágio de acumulação do capital.

No cenário contemporâneo de crise do capital, os setores fundiário e imobiliário despontam como espaços para tal valorização. Estamos, pois, diante de um estágio do modo capitalista de produção a demandar e desenvolver o consumo desenfreado, que gera um **padrão produtivo baseado no uso intensivo de energia, ampliando crescentemente as** necessidades desta e, ao mesmo tempo, ensejando a produção de dejetos e descartáveis, a compor massas crescentes de lixo, em muitos casos não tratados, que constituem uma das dimensões do grave problema ambiental materializado nas áreas urbanas.

Como bem explica Harvey (2011), ao se referir aos fundamentos da crise estadunidense de 2008, em determinado momento, em que os níveis de acumulação possibilitaram constituir um montante importante de capital em busca de valorização, os mercados imobiliários e de terra parecem bastante interessantes para os capitalistas. Ora, ao investir em bens imobiliários e em terra, o capitalista

provoca uma elevação de seus preços no mercado; estes bens, por sua vez, ao subirem, atraem mais investidores e engendram um processo de elevação de preços, a desenhar como que uma espiral até se constituírem bolhas, a explodir em forma de crise. Cita o exemplo de Manhattan, Nova York, onde, em meados da década de 1970, um tipo de edifício podia ser vendido por 200 mil dólares; nos anos 2000, este mesmo edifício passa a custar dois milhões de dólares, criando situações insustentáveis. Harvey (2011) considera que tal situação ocorrida nos anos 1990, decorre do fato dos mercados financeiros estarem *enlouquecidos*.

Na composição do PIB do EUA, em 1994, o mercado acionário participava com 50 %, para, em 2000, atingir 120% e começar a cair com a crise das empresas ponto com. Neste mesmo período, a participação do mercado imobiliário na composição do PIB começa a crescer passando de 90% a 130%, evidenciando deslocamento de inversão de capital em busca de valorização, desencadeando uma verdadeira *febre de construção*, a qual se encontra na origem de um processo de *acumulação pela perda de posse*, com efeitos indelévels sobre a realidade urbana. A crise de 2008³ evidenciou que tal padrão de acumulação é insustentável. Os efeitos dessa dinâmica de acumulação, *pela perda de posse* afetam especialmente as famílias mais pobres, aquelas que o mercado financeiro seduziu e que se endividaram para adquirir bens imóveis. Estas foram sumariamente expulsas de suas casas, por não pagamento, comprometendo a posse do bem, hipotecado no início da operação, como garantia do empréstimo. Esta situação é bem retratada no documentário de Michael Moore, *Capitalism a Love Story*.

Assim, os fundamentos da crise atual do capital e suas principais repercussões não podem ser analisados sem considerar a questão urbana, o espaço urbano e o seu papel no processo de acumulação neste tempo histórico. Não se pode, tampouco, entender estes processos sem situá-los na dinâmica da mundialização da economia, com um grau de densidade das relações e interconexões entre os países nunca antes visto, como ressalta Chesnais (2011, p. 8):

Hoje, com a reintegração da China e a plena incorporação da Índia na economia capitalista, o mercado mundial conhece um grau de densidade das relações de interconexão nunca antes visto. É neste marco que as questões mais essenciais (superacumulação, superprodução, superpoder das instituições financeiras, concorrência intercapitalistas) devem ser abordadas.

Assim, tanto o padrão de acumulação, quanto as *saídas mises en oeuvre* pelo capital para fazer face à crise, com seus efeitos em forma de *crises*

sucessivas, tendem a abalar o conjunto da economia mundial e, de modo particular, as metrópoles e grandes cidades, que constituem a ponta de lança do processo de acumulação. Entretanto, a capacidade de cada cidade ou metrópole para enfrentar os reveses da crise, depende de um conjunto de aspectos inter-relacionados, tais como a capacidade e as possibilidades historicamente determinadas de intervenção de cada Estado, a correlação de forças interna ao país, o lugar ocupado por sua economia na divisão internacional do trabalho, dentre outros. Dito de outra maneira, tanto as manifestações da questão social, no espaço urbano, quanto as vias de enfrentamento da crise urbana e da crise do capital dependem de fatores endógenos e exógenos à dinâmica econômica, social e política de cada formação social.

3 A QUESTÃO URBANA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: entre políticas de ajuste, reestruturação urbana e mundialização

No Brasil, acentuam-se as expressões da desigualdade social impressas no espaço urbano. As cidades conformam uma espécie de quebra-cabeça, onde áreas nobres e bem dotadas de infraestrutura e de serviços urbanos ladeiam zonas, onde a precariedade e a inexistência de elementos básicos da urbanização indicam uma ausência histórica de políticas urbanas, um *laissez-pour-compte* de segmentos pauperizados de nossa população, para os quais a modernização capitalista não resultou em mudanças efetivas nas condições de vida. Uma das marcas da realidade brasileira atual se expressa na amplitude e complexidade dos problemas urbanos, agravados nestes tempos contemporâneos. Com efeito, já no censo de 2000, os dados confirmaram que 81,2% da população brasileira viviam nas cidades e se concentravam, sobretudo, nas áreas metropolitanas⁴. Esta tendência se confirma no censo de 2010, a evidenciar que *população é mais urbanizada que há 10 anos, com 84% dos brasileiros vivendo em áreas urbanas*⁵. O crescimento da “população urbana tem se traduzido, dentre outros, no aumento das zonas de habitação precária e de favelas, pela presença crescente de “moradores de rua”, a chamada população em situação de rua”, que circunscreve um grupo amplo e heterogêneo de trabalhadores integrantes da superpopulação relativa, muitos dos quais figuram dentre aqueles supérfluos para o capital. Em reportagem da revista Carta Capital, Martins (2007) põe a nu a situação de dezenas de cidadãos brasileiros que têm nos bueiros, galerias fluviais e malocas da cidade de São Paulo seu abrigo diário. Para muitos, simplesmente a rua, as calçadas, as praças e viadutos constituem a etapa final de um longo processo de luta pela “[...] sobrevivência na adversidade.” (HIRATA apud TELLES, 2007, p. 216). Muitos destes moradores da maior cidade brasileira possuem atividade laboral,

têm algum rendimento, mas já não conseguem garantir com o que ganham item básico, tido como direito pela Constituição Federal em vigor: a casa para morar.

Em nosso país, de economia periférica e retardatária, no contexto do capitalismo mundializado, adentrar na questão urbana implica em entender como as cidades e metrópoles brasileiras foram se constituindo a partir de uma pesada herança, decorrente dos níveis de desigualdade social, que colocam nosso país dentre os mais desiguais da América Latina. É necessário, ainda, considerar o *legado* do país escravocrata e patrimonialista a alimentar a política de favor e a nortear as ações e investimentos públicos, em benefício dos segmentos privilegiados da classe dominante (MARICATO, 2013). Tais características evidenciam-se nas cidades brasileiras nas desigualdades socioespaciais que opõem a cidade *formal*, na expressão de Maricato “[...] destinada a ser simulacro de algumas imagens-retalhos do Primeiro Mundo.” (MARICATO, 2013, p. 21), à cidade *puzzle*, composto de bairros populares autoconstruídos, favelas, ocupações e loteamentos onde a ilegalidade se conjuga com irregularidades urbanas de toda sorte. Assentamentos populares os mais diversos foram edificadas e financiadas graças ao esforço dos próprios trabalhadores, que, ao longo de décadas, migraram para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida⁶. A estes, o mercado imobiliário e fundiário tem se revelado inacessível. Muitas destas áreas segregadas espraiam-se por vastos espaços de zonas ribeirinhas, mangues, encostas de morros, dunas, áreas muitas vezes impróprias à moradia, constituindo situações de risco iminente, mas, especialmente, implicando, no cotidiano destes trabalhadores, em instabilidade e medo.

O acesso a melhorias e serviços urbanos por parte de grandes contingentes de trabalhadores que habitam as periferias de nossas cidades constitui **fonte inesgotável do velho clientelismo político**, na formulação de Maricato (2013). Nestes locais, a construção de um equipamento coletivo, escola, posto de saúde, creche, a drenagem e pavimentação das vias, a iluminação pública representam uma verdadeira moeda de troca em períodos eleitorais, quando o voto de cada morador ganha relevância, podendo ser valorizado, em benefício do coletivo ou em proveito pessoal.

É neste cenário extremamente desigual que, nos marcos da globalização, se aprofunda e se agrava a **tragédia urbana anunciada**, com seu corolário de ajustes e reestruturações que afetam sobremaneira as cidades. Mais uma vez, os setores pauperizados da classe trabalhadora são os mais atingidos pelas intervenções de reestruturação e de *renovação* urbanas. Estes moradores são expulsos de seus locais de moradia à medida que as áreas ocupadas ganham valor para o capital. Para

estes, os processos moleculares de acumulação (HARVEY, 2004 e 2005) foram significando expropriação e expulsão em direção a espaços de maior precariedade.

Nos últimos anos, o pretexto de preparar as cidades para acolher eventos esportivos como a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, legislações urbanas são alteradas, ou *flexibilizadas* em benefício do grande capital especulativo que investe no setor imobiliário. Assim, o adensamento das áreas mais valorizadas das cidades é permitido e autorizado ou, ainda, via artifício da excepcionalidade reduzem-se os perímetros de áreas de proteção ambiental, possibilitando a construção de edifícios, de shoppings centers e centros comerciais, a exemplo do que vem ocorrendo em Fortaleza (região do Iguatemi, às margens do Rio Cocó, comprometendo a biodiversidade e preservação deste importante parque urbano ou em Belo Horizonte). Ao autorizar níveis elevados de densidade de ocupação de áreas valorizadas, tais *flexibilizações* geram novos fluxos de pessoas e de transportes a demandar investimentos públicos em infraestrutura viária (vias, pontes e viadutos). Estes recursos *técnicos* são aprovados e impostos como únicas soluções para a questão da mobilidade urbana. Desse modo, a lógica do desenvolvimento urbano segue propiciando a reprodução das cidades como produto, mas especialmente como grande negócio, sobretudo, para os *capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas*, como destaca Maricato em brilhante texto que integra a publicação Cidades Rebeldes (MARICATO, 2013)

Mas, é importante lembrar que, a despeito das desigualdades socioespaciais, as favelas e os bairros populares não estão dissociados dos fluxos da mundialização. Ao contrário, hoje, tais áreas encontram-se totalmente invadidas pelos mais variados produtos que circulam no mercado mundial; seus moradores, ainda que, perversamente, se encontram inseridos na dinâmica global de acumulação do capital, ainda que lhes faltem serviços e bens públicos essenciais, capazes de interferir na melhoria das condições de vida de seus bairros. Há, de fato, um verdadeiro descompasso entre os níveis alcançados pela produção social de riquezas e o nível de infraestrutura e de serviços implantados em grandes extensões de nossas cidades e metrópoles. A ocupação de áreas impróprias para moradia, somada à ausência de saneamento ambiental e de infraestruturas de base nos bairros populares e áreas periféricas das cidades têm sido responsáveis por graves desastres urbanos no Brasil. Isto não significa que à população empobrecida devam ser creditados os custos dos desastres ambientais. Bairros nobres com equipamentos comerciais e residências de luxo de importantes cidades brasileiras têm sido edificadas em áreas que deveriam ser preservadas. Para Mike Davis, (2008).

A urbanização é obviamente a maior causa da crise global do meio ambiente. Embora o desmatamento florestal e as monoculturas de exportadoras tenham desempenhado um papel fundamental no aquecimento global, o principal agente tem sido o aumento quase exponencial da emissão de carbono nas regiões urbanas do Hemisfério Norte. Em certo sentido, a vida urbana está destruindo rapidamente o nicho ambiental – estabilidade climática holocêntrica – que tornou possível sua evolução na ecologia planetária dominante.

Nas megalópoles, metrópoles e grandes cidades com extensivas áreas peri-urbanas e suburbana, a expansão horizontal, a alta densidade urbana, a degradação e destruição quase completa de recursos naturais vitais (aquíferos, bacias hidrográficas, mangues, ecossistemas litorâneos, etc.) aliadas ao aumento do tráfego, à poluição aérea, à destruição da cultura urbana e do direito à cidade da classe trabalhadora, à privatização do espaço público e à fuga dos ricos para enclaves fortificados têm tornando as áreas urbanas insustentáveis ambientalmente (DAVIS, 2008). Há, portanto, incompatibilidade entre perspectiva de desenvolvimento sustentável, urbanidade e urbanização, com direito à cidade, com igualdade substantiva aos bens e serviços socialmente produzidos e manutenção do sistema do capital.

No cenário urbano brasileiro desta segunda década do milênio, marcado pela pesada herança de negação de direitos, pelo desigual acesso aos bens e serviços públicos, pela negação do direito à moradia para uma parte significativa da classe trabalhadora que habita as cidades e metrópoles, as contradições e os conflitos se acentuam, no ritmo da preparação das principais cidades brasileiras para acolher megaeventos esportivos como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014 e os jogos olímpicos, a serem realizados no Rio de Janeiro, em 2016.

Enquanto prosseguimos com a hegemonia da perspectiva de ajuste do Estado, na busca por assegurar a inserção da economia brasileira na nova ordem mundial, em detrimento da perspectiva de democratização com extensão de direitos sociais, urdida nas lutas dos anos 1980 (CARVALHO, 2012), constatamos um aprofundamento da questão urbana, com agravamento das desigualdades socioespaciais, no interior das metrópoles, grandes aglomerações, mas igualmente nas cidades de médio e pequeno porte.

Por certo, há uma extrema diversidade na composição da rede urbana brasileira: cidades com realidades socioeconômicas e históricas bastante distintas, decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas e das formas históricas de resistência dos trabalhadores e da população urbana

empobrecida aos processos de expropriação e espoliação. Desta diversidade, construída à base de um processo de modernização conservadora, sob a qual se erigiu o capitalismo brasileiro, decorre uma grande desigualdade nas condições e no acesso às infraestruturas e serviços urbanos, se compararmos a realidade das grandes metrópoles do Sul e do Sudeste com aquela de capitais do Nordeste e, mais ainda, do Norte do país.

Aqui, no contexto atual, todas as cidades brasileiras, à sua maneira, as pequenas, médias e grandes cidades, as metrópoles e megalópoles estão inseridas na dinâmica mundial de reprodução ampliada do capital, em tempos de hegemonia financeira, conservando também as marcas dos processos de reestruturação produtiva, que se traduzem em *renovação urbana* e em ajuste das cidades, para se colocarem no círculo de *cidades eficazes* e, logo, atrativas para investimentos de grandes empresas capitalistas⁷. Todavia, é inegável que as cidades do Norte e do Nordeste acumularam déficits históricos de infraestrutura, equipamentos e serviços em um contexto de urbanização intensa e acelerada. Nestas, as marcas das desigualdades estão presentes de modo contundente. Não desconsideramos a gravidade e dimensão das desigualdades e precariedades existentes nas metrópoles do Sul e do Sudeste brasileiros, tampouco as formas de segregação, mas não podemos deixar de destacar a desigual repartição do fundo público a reforçar diferenças substanciais entre a realidade urbana das diversas regiões brasileiras, nas quais se situam as cidades do Norte, Nordeste e de parte do Centro Oeste, em grande desvantagem em relação àquelas das demais regiões.

Nesse contexto de inserção ativa e subordinada do Brasil no capitalismo financeirizado, que se caracteriza, nos anos mais recentes, pela reprimarização da pauta de exportação e por processos de desindustrialização (PAULANI, 2013) e, no âmbito interno, de hegemonia da perspectiva do ajuste do Estado, temos como resultante políticas urbanas e intervenções nas cidades que reforçam o ajuste das cidades (OSMONT, 2008) às necessidades da acumulação capitalista. Temos ainda, processos de reestruturação urbana, que buscam redefinir os espaços em benefício do capital imobiliário e financeiro.

Especialmente, a partir dos anos 1990, a inserção particular do Brasil no capitalismo financeirizado, consubstanciada na experiência de ajuste, ao expandir a monocultura, ampliar e sustentar o latifúndio agrava, também, a questão agrária⁸ e, conseqüentemente, a questão urbana, com a explosão das cidades médias e das áreas metropolitanas, conformando imensas periferias precárias. Assim, o Brasil adentra o século XXI, com uma questão urbana complexificada a configurar cidades fragmentadas, onde zonas de extrema pobreza e miséria, marcadas pela precariedade

de vida ladeiam bairros de riqueza exuberante, expressão da modernização e da concentração de riquezas.

As intervenções mais recentes do Estado seguem a lógica do ajuste, em benefício do grande capital e em detrimento das necessidades de amplos setores da população urbana que há décadas anseiam pelo direito à cidade, a uma moradia digna, a serviços públicos de caráter universal. Exemplos emblemáticos desses processos podem ser observados na história recente de nossas políticas urbanas: reestruturação dos portos e reabilitação de áreas centrais, urbanização de favelas e bairros populares de localização considerada estratégica, ampliação e /ou construção de aeroportos, construção de novos portos adaptados às modalidades de importação e exportação, próprias do padrão flexível/toyotista de acumulação. Vivemos tempos de fusão de capitais, de políticas focalistas de *combate à pobreza*, de regressão de direitos, de formas autoritárias e de cunho higienista de tratar a pobreza extrema. Ainda que a política de privatização nos moldes dos anos 1990 tenha sido abandonada, como afirma Kliass (2013, s/p)

[...] permaneceu latente e sem interrupção o discurso ferrenhamente liberal, contra a presença do Estado na economia, em razão da suposta ineficiência implícita e inerente ao setor público, face à correspondente superioridade 'inquestionável' do capital privado.

Então, mais uma vez, do ponto de vista das políticas urbanas, temos um Estado que reforma, moderniza e constrói, por exemplo, portos além de outras infraestruturas pesadas nas principais cidades brasileiras, assegurando, deste modo, condições para a realização dos fluxos de mercadorias e de produtos primários, à custa de endividamento, para, em seguida, repassar sua gestão à iniciativa privada, abrindo vias para a acumulação do capital, ao mesmo tempo em que garante infraestrutura básica indispensável aos processos mundializados de circulação de mercadorias.

Mais recentemente, nas principais cidades brasileiras, são realizadas remodelações e renovações urbanas ligadas à preparação de nossas cidades para sediar megaeventos (jogos olímpicos, copa das confederações, copa do mundo de futebol, etc.). Essas intervenções urbanas seguem a mesma tendência observada em outros países, em contextos similares: desalojamento de segmentos da classe trabalhadora, com expulsões, muitas vezes, violentas, para dar vazão ao frenesi de reconstrução e de modernização e adaptação dos espaços urbanos às novas necessidades do capital.

Em 2011, foi preparado um dossiê Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e

das Olimpíadas dando conta da real situação vivenciada por milhares de brasileiros/as que têm se confrontado com violação e ameaças ao direito à moradia, no processo de preparação de nossas cidades para acolher estes grandes eventos. Com efeito, o dossiê revela que cerca de 170 mil pessoas estão sendo diretamente atingidas pelas chamadas *remoções*, relacionadas com as obras de mobilidade urbana. O dossiê refere-se ainda ao desrespeito sistemático às legislações urbanas, aos direitos ambientais e trabalhistas, ao direito ao trabalho além do cerceamento de informações e do direito à participação dos processos decisórios por parte das autoridades constituídas, bem como de entidades privadas como O Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Olímpico Brasileiro e os comitês organizadores locais. Nos casos de deslocamento de moradores das áreas em que ocorrem as intervenções urbanas, as soluções propostas quase nunca atribuem valor ao imóvel desapropriado que possibilite a aquisição de outro equivalente na mesma área ou setor da cidade. A relocação em bairros distantes, onde a iniciativa privada vem produzindo unidades habitacionais financiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida⁹ implica em perdas de vínculos de trabalho e de vizinhança comprometendo a frágil teia de relações sociais que permite a tantas dessas famílias sobreviver¹⁰.

Como afirma Harvey (2011), os megaeventos são ótimos para os investidores, constituem um bom pretexto para *limpar pedaços de terra*, há tempos por estes desejados e não expropriados por falta de coragem. Apresentam-se ainda como excelentes oportunidades para o capital financeiro especular. Entretanto, em geral, estes megaeventos têm provocado excessivo desenvolvimento do setor imobiliário, além de constituírem verdadeiro estopim, para explosão do gasto público, o que também é extraordinário para o capital. Para a maioria da população citadina, restam os elevados custos econômicos e sociais desta dinâmica de renovação urbana, ainda que o discurso oficial assegure se tratem de políticas de desenvolvimento e de crescimento econômico, de criação de empregos, de melhoria da imagem das cidades, de atração de investimentos, etc.

4 POR UMA URBANIZAÇÃO BASEADA NO VALOR DE USO E NÃO NO VALOR DE TROCA

Diante deste cenário contraditório e complexo, cabe indagarmos sobre as possibilidades de construirmos formas de resistência, abrindo caminhos para a construção de modalidades diversas, opostas de urbanização, centradas nas necessidades humanas e não na sede voraz de acumulação do capital, para a concepção de modalidades de urbanização - na expressão de Harvey (2011) - baseadas no valor de uso e não no valor de troca.

Mas, esta luta vem se tornando cada vez mais árdua e difícil. Ora, nos países *capitalisticamente avançados*, na expressão de Mészáros, as conquistas em termos de direitos sociais e econômicos vêm sendo postas em xeque, sob o pretexto de sanar problemas de endividamento dos estados, de tornar as econômicas competitivas no contexto mundial. Assim, os níveis de redistribuição são comprometidos até mesmo nos países que experimentaram formas de Estado do bem-estar social, com o mercado sobressaindo cada vez mais como o espaço e o modo de equacionar necessidades e problemas da totalidade social. Em verdade,

Em contraste com a idealização propagandística, o Estado do bem-estar social, na realidade, foi muito limitado a um punhado de países capitalistas. Mesmo lá foi construído sobre fundações frágeis. Não poderia ser nunca expandido ao restante do mundo, apesar da promoção acrítica das teorias do desenvolvimento da modernização, sempre estruturadas no quadro contraditório do sistema do capital. A verdadeira tendência de longo prazo apontava no sentido oposto ao do idealizado Estado do bem-estar (MÉSZÁROS, 2011, s/p)

Assim, a resolução das necessidades sociais via mercado tende a se impor nos marcos dessa sociabilidade do capital. Para os segmentos da classe trabalhadora que habitam as cidades e metrópoles, a impossibilidade de acessar via mercado bens e serviços fundamentais, a exemplo da moradia, transporte, educação e saúde, serviços de saneamento, acesso à água potável, faz com que as *alternativas*, na maioria das vezes também com custos elevados, os deixem em situação de maior precariedade ou mesmo de risco. Aqui podemos citar o exemplo da compra de água fornecida por carroças, transportada inadequadamente, corroendo os parques salários e contribuindo para a proliferação de doenças cuja via principal de transmissão é a água¹¹. O comprometimento crescente do lençol freático com o uso indiscriminado de fossas sumidouros. O não acesso à água potável e ao saneamento básico, à drenagem por parte de um contingente importante de trabalhadores pobres que vivem nas cidades brasileiras constitui, ainda hoje, uma das dimensões mais dramáticas da questão urbana. O descompasso entre investimentos em políticas de habitação social e o processo de expansão urbana, em um contexto, de precarização do trabalho, de ampliação da informalidade, de baixos salários, as áreas de favela, de moradias insalubres, as soluções precárias dos moradores de rua tem resultado em expansão e densificação das áreas favelas, das ocupações urbanas e do contingente de trabalhadores vivendo nas ruas, morando em galerias de esgotos e bueiros¹².

Documento analisando o estado do meio ambiente no Brasil atesta ainda que a ocupação caótica das encostas urbanas constitui “[...] principal causa dos escorregamentos, causadores de importantes danos humanos, inclusive de mortes, além dos danos materiais e ambientais e dos graves prejuízos sociais e econômicos”. Segundo este documento, tais escorregamentos, mais comuns em áreas de encostas ocupadas, em taludes de corte, aterros e taludes naturais têm sido agravados por ações antrópicas. Não se analisa, todavia, que este tipo de *ocupação caótica* decorre, em grande medida, da ausência de políticas públicas de habitação social e de infraestrutura urbana capazes de responder às necessidades postas pela expansão urbana¹³. Esta expansão, por sua vez, decorrente, sobretudo, dos processos migratórios, tem a ver com a grande concentração de terras nas zonas rurais e, mais, recentemente, com a expansão da monocultura para a produção de grãos e matérias primas, destinadas à exportação, seguindo a lógica da reprimarização da economia brasileira.

Mas, o sistema do capital desconhece qualquer outra lógica que não seja a da busca do lucro via mercantilização. Ora,

[...] o capital, por sua própria natureza, é incapaz de atentar para os problemas ameaçadores de sua crise estrutural. O sistema do capital tem um caráter eminentemente *histórico*. No entanto, suas “personificações” recusam-se a admiti-lo, no interesse de eternizar a vigência de seu modo de controle sócio-reprodutivo, apesar de todos os seus perigos hoje demasiadamente óbvios, mesmo com respeito à destruição da natureza e às inegáveis implicações dessa destruição para a própria sobrevivência humana.

É inegável a dimensão ambiental da crise estrutural do capital, que atinge os mais diversos recônditos do globo, no atual tempo histórico. As análises abordam de modo superficial a problemática ambiental, a despeito da dimensão destruidora que apresenta, dos dados contundentes sobre devastação ambiental, efeito estufa, comprometimento da camada de ozônio, com seu corolário de catástrofes sucessivas a destruir comunidades inteiras, regiões nos diversos continentes. Não tocam na essência, ou seja, nos condicionantes centrais da crise que se encontram inegavelmente nas relações sociais de produção. Algumas dessas análises tendem inclusive a indicar a pobreza ou o incremento populacional como responsáveis ou *causas* essenciais da crise ambiental. Para Foladori (2001), estas não são senão manifestações da falta de acesso aos bens e serviços produzidos. Na verdade, no cerne da crise encontram-se as relações capitalistas de produção

que estão a gerar pobreza extrema e explosão demográfica. Ora, na formulação do autor,

A produção capitalista inaugura, pela primeira vez na história da humanidade, um sistema de produção cujo objetivo não é a satisfação direta das necessidades, mas a obtenção de um lucro em dinheiro. Obtém-se esse lucro através da concorrência no mercado. Uns ganham enquanto outros perdem. Não há forma alguma de que todos ganhem simultaneamente (FOLADORI, 2001, p. 120).

A própria natureza *autoexpansiva* do sistema do capital impõe a todos seu ritmo e seu *modus operandi*. Assim, como “[...] um modo de controle reprodutivo societário, deve seguir a qualquer custo sua própria lógica, correspondente a suas determinações estruturais objetivas.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 19). Inconcebível, para o sistema do capital, refrear-se por alguma *consideração humana* ou de defesa ambiental. Ora, tal procedimento poderia contrariar sua tendência autoexpansiva, condição *sine qua non* de sua afirmação enquanto modo sociometabólico dominante de reprodução. Em verdade,

[...] a lógica do capital é caracterizada pela destrutividade autovantajosa, uma vez que tudo que se encontra no caminho do cruel impulso expansivo do sistema deve ser naturalmente varrido ou esmagado, se preciso. De outro modo, o avanço auto-expansivo do capital seria rapidamente interrompido, e em pouco tempo o capital, como modo de controle sociometabólico, acabaria por implodir. (MESZAROS, 2008, p.19).

Em nossas formações sociais capitalistas subordinadas e retardatárias, as reestruturações e os ajustes se colocam em um cenário contraditório, por um lado, de ampliação da consciência sobre o direito a ter direitos e de inscrição, no plano formal, de conquistas históricas da sociedade civil (Constituição de 1988, leis orgânicas, planos diretores, estatuto da criança e do adolescente, estatuto da cidade, dentre outros) e, por outro, na avalanche de *alternativas* embasadas no ideário neoliberal.

No contexto brasileiro, abre-se um rico campo de debate em torno do devir de todo um aparato, construído em torno do direito à cidade, materializado no Estatuto da Cidade e em um conjunto de instrumentos reguladores, ainda em vigor, mas que não constituem de fato a referência da gestão urbana. Hoje, particularmente, consolida-se um padrão de gestão urbana que se funda na exceção; estamos, portanto, diante da chamada gestão das urgências, onde a política urbana passa a orientar-se pela preparação das cidades para a realização

de médios e mega eventos, a legitimar a ação das elites, construindo alianças com os interesses do complexo internacional empreendedorista.

Neste cenário de disputas, as formas de resistência e oposição à acumulação desenfreada e à barbárie expressa no espaço urbano podem ser consideradas ainda pontuais e de pequena escala, se consideramos a dimensão e complexidade do desafio posto. Os movimentos que se organizam para questionar o modo como a cidade, o espaço urbano vem sendo produzido, encontram-se ainda divididos e fragmentados. Harvey (2011) ressalta a importância da construção de unidade nas lutas urbanas. Eis um grande desafio, em tempos de individualismo exacerbado, de fragmentação, de flexibilização e de precariedades.

Somando-se a outros pesquisadores importantes do campo marxista, Mézáros defende a luta pela sociedade socialista como alternativa radical à sociedade do capital com sua natureza destrutiva e autoexpansiva. Para o autor,

O fato doloroso é que, não obstante todas as promessas autojustificadoras, até hoje o capital falhou em satisfazer mesmo as necessidades elementares da maioria esmagadora do gênero humano. Por conseguinte, o maior desafio para o futuro é encontrar uma maneira de superar positivamente as determinações sistêmicas do capital, que *sempre* impuseram à sociedade seu direcionamento auto-expansivo, conflitual/adverso, sem nenhuma consideração pelas consequências humanas. Eis porque o socialismo coloca-se na agenda histórica como a alternativa radical à vigência do capital sobre a sociedade. (MESZAROS, 2008, p. 20)

A construção de uma sociedade para além do capital, uma sociedade justa, de igualdade substantiva, uma sociedade socialista impõe-se como desafio maior de nosso tempo histórico se quisermos barrar o processo autodestrutivo do sistema do capital e preservar a humanidade e suas condições efetivas de existência.

REFERÊNCIAS

ARRUDA Marcos. **Dívida E(x)terna – Para o capital, tudo; para o social, migalhas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Dossiê Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Brasil**. [S. l.], 2011, Disponível em: <<http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

BONDUKI, Nabil. **As origens da habitação social no Brasil**, São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2004.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Civilização do capital em crise: interpelações do tempo presente**. In: HOLANDA, Francisco Urubam Xavier de (Org.). **Nuestra América no Século XXI: as disputas de hegemonia nos circuitos da crise**. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 17-36.

CHESNAIS, François. **Aux racines de la crise économique mondiale, Carré Rouge**, Paris, n. 46, p. 7-17, dez. 2011.

FOLADORI, Guillermo, O metabolismo com a natureza. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, v. 12, p. 105-117, 2001. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2013.

GUERRA, Eliana Costa. **Gestion urbaine et régulation social: les politiques d'habitat populaire à Fortaleza et à Recife (1988-1999)**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Paris 8, Paris, 2003.

HARVEY, David. A crise capitalista também é de urbanização **Crisis of Capital accumulation, urban issues, state**. **Jornal Página 12**, [S. l.], 2011. Entrevista Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17303>. Acesso em: 7 jun. 2013.

KLIASS, Paulo. Dilma e o risco do desmonte do Estado. **Carta Maior**, [S. l.], 2013 Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=6047>. Acesso em: 8 jun. 2013.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!** In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes – Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p.19-26.

MARTINS, Rodrigo. A vida no subsolo. **Revista Carta Capital**, São Paulo, ano XIII, n. 471, especial, p. 10-15, 2007.

MÉSZÁROS, Istvan. Chávez e China são os destaques do século 21. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 2013. Entrevista publicada na seção Ilustríssima. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1372042-chavez-e-china-sao-os-destaques-do-seculo-21-diz-o-filosofo-meszoros.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

OSMONT, Annik. A Cidade Eficaz, **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 65-79, jun 2008.

PAULANI, Leda Maria. A dependência redobrada. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Paris, 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1219>>. Acesso em: 6 jun. 2013.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a12v2161.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2013.

NOTAS

¹ A versão inicial deste artigo foi apresentada na **Mesa Temática Coordenada: Expressões Contemporâneas da Crise na Civilização do Capital: Lutas e Resistências Sociopolíticas e Movimentos Transnacionais** na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, organizada pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

² Entrevista concedida à Natalia Harugete, Página 12, A crise capitalista também é de urbanização, publicada no site da Revista Carta Maior: Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Economia/-A-crise-capitalista-tambem-e-de-urbanizacao-/7/16219>>.

³ David Harvey cita ainda os casos da Grécia, da Espanha e de Portugal, onde estes fatores relativos ao modelo de urbanização, com um tipo de inversão de recursos públicos também esteve na origem de bolhas e de crises. Para o autor, parte da explicação da crise nestes países está relacionada aos péssimos investimentos em infraestrutura realizados.–

⁴ No Brasil, a definição de população urbana tem sido objeto de intensos debates. Em seu processo de recenseamento da população brasileira, o IBGE adota a terminologia *entidades geográficas consideradas urbanas* tomando como urbana toda pessoa que vive nestas entidades geográficas, desconsiderando especificidades de modo de vida, existência de infraestrutura e serviços urbanos, características da economia local, etc. Para efeito deste artigo, adotamos os dados do IBGE.

⁵ Em comparação com o Censo 2000, ocorreu aumento de 20.933.524 pessoas recenseadas em 2010. Esse número demonstra que o *crescimento da população brasileira no período foi de 12,3%, inferior ao observado na década anterior* (15,6% entre 1991 e 2000).

⁶ Para Bonduki (2004), mais do que de autoconstrução se deve falar em autopromoção como principal meio de produção de moradia pelas camadas pauperizadas da população brasileira, que custearam e realizaram a construção de suas habitações, mesmo que tenham passado a vida inteira nessa empreitada.

⁷ Discutir o ajuste das cidades significa ainda rever a distribuição do fundo público, em nível local (das

coletividades locais), possibilitando um equilíbrio das contas e, deste modo, o pagamento da dívida pública, como parte do compromisso assumido pelo governo brasileiro, nos acertos de contas com as instituições transnacionais e com os bancos credores. As cidades eficazes interessam sobretudo ao grande capital portador de juros, àqueles credores a quem devemos pagar nossa dívida e(x)terna, na expressão de Marcos Arruda (1998).

⁸ O padrão de desenvolvimento promotor do agronegócio vem comprometendo cada dia mais os recursos ambientais e pondo em risco a segurança alimentar, além de provocar graves danos à saúde de trabalhadores moradores das áreas de produção. Maricato alerta que “[...] há 40 anos, o Brasil consumia 5% dos agrotóxicos que os EUA consumiam. Em 2009, o Brasil tornou-se o maior consumidor de agrotóxico do mundo, com obvio impacto sobre as águas também no meio urbano, mas especialmente sobre a segurança alimentar. Enquanto o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 94% entre 2000 e 2009, o brasileiro subiu 192%”. (MARICATO, 2011).

⁹ Aliás, o balanço realizado sobre o Minha Casa Minha Vida (MCMV) revela os graves problemas que marcam o programa. Com efeito, como destaca Maricato (2011), ao dialogar fortemente com o setor empresarial do mercado residencial (incorporadores e construtores),carreando recursos financeiros inéditos – oriundos do FGTS, do SBPE e subsídios orçamentários, o Programa MCMV deixa intocada a base fundiária e contribui para repetir erros e falhas verificados durante o período de vigência do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

¹⁰ O Dossiê Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Brasil, da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa é contundente ao tratar da violação dos direitos e da forma como as remoções têm sido realizadas nos marcos das renovações urbanas: As estratégias utilizadas uniformemente em todo o território nacional se iniciam quase sempre pela produção sistemática da desinformação, que se alimenta de notícias truncadas ou falsas, a que se somam propaganda enganosa e boatos. Em seguida, começam a aparecer as ameaças. Caso se manifeste alguma resistência, mesmo que desorganizada, advém o recrudescimento da pressão política e psicológica. Ato final: a retirada dos serviços públicos e a remoção violenta.

¹¹ Em áreas saneadas, o custo dos serviços de água e esgoto, praticado pelas companhias torna-se impeditivo para seus moradores, que seguem utilizando soluções precárias, mas viáveis do ponto de vista financeiro. A privatização, nos marcos dos processos de ajuste veio a tornar o acesso ainda mais dispendioso e difícil para as populações urbanas pauperizadas.

¹² Dados do IBGE indicam que, nos últimos dez anos, apesar do crescimento econômico médio de 3,6% ao ano (IBGE, 2000-2010), a população nas favelas cresceu 75%, enquanto a população brasileira apenas 12,3% (IBGE, 2010).

¹³ Nos períodos chuvosos, são recorrentes os desastres, enchentes, deslizamentos, com vítimas

fatais, com milhares de desabrigados, a depender da assistência pública e da filantropia. No Brasil, dentre os escorregamentos, com inúmeras vítimas fatais e grandes prejuízos materiais, ressaltam-se os ocorridos no Rio de Janeiro, nas cidades serranas de Petrópolis, Teresópolis e Friburgo, quando de intensas e prolongadas chuvas na região.

Eliana Costa Guerra

Assistente Social

Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris VIII-França

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: elianacostaguerra@hotmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

Campus Universitário Lagoa Nova

Lagoa Nova

59072-970 - Natal, RN – Brasil